

IJDL

International Journal of DIGITAL LAW

IJDL – INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW



Editor-Chefe

Prof. Dr. Emerson Gabardo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e
Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

Editores Associados

Prof. Dr. Alexandre Godoy Dotta, Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, Curitiba – PR, Brasil
Prof. Dr. Juan Gustavo Corvalán, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Editores Adjuntos

Me. Fábio de Sousa Santos, Faculdade Católica de Rondônia, Porto Velho – RO, Brasil
Me. Iggor Gomes Rocha, Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, Brasil
Me. Lucas Bossoni Saikali, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

Presidente do Conselho Editorial

Profa. Dra. Sofia Ranchordas, University of Groningen, Groningen, Holanda

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Saddy, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil
Profa. Dra. Annappa Nagarathna, National Law School of India, Bangalore, Índia
Profa. Dra. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
Profa. Dra. Diana Carolina Valencia Tello, Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia
Prof. Dr. Endrius Cocciolo, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha
Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Profa. Dra. Irene Bouhadana, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França
Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
Prof. Dr. Mohamed Arafa, Alexandria University, Alexandria, Egito
Profa. Dra. Obdulia Taboadela Álvarez, Universidad de A Coruña, A Coruña, Espanha
Profa. Dra. Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof. Dr. William Gilles, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França
Profa. Dra. Lyria Bennett Moses, University of New South Wales, Kensington, Austrália

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

FORUM

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

IN61 International Journal of Digital Law – IJDL – ano 1, n. 1
(abr. 2020) – Belo Horizonte: Fórum, 2020.

Quadrimestral; Publicação eletrônica
ISSN: 2675-7087

1. Direito. 2. Direito Digital. 3. Teoria do Direito. I. Fórum.

CDD: 340.0285
CDU: 34.004

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

Contents

Editorial.....	7
<i>Editorial.....</i>	9
Três axiomas para o agir administrativo fundado em novas tecnologias de informação e comunicação	
<i>Three axioms to administrative action grounded in new information and communication technologies</i>	
Vanice Lírio do Valle	11
1 Considerações iniciais	12
2 Riscos determinados pelo distanciamento entre Administração Pública e NTICs....	14
3 Três axiomas propostos ao agir administrativo embasado em NTICs	17
3.1 Desenvolvimento de uma cultura de dados como ativo institucional	18
3.2 Superar a aura de “fixidez” das soluções baseadas em novas tecnologias	21
3.3 Internalização do aprendizado digital como processo interativo e incessante.....	23
4 À guisa de conclusão.....	26
Referências	26
Digital transformation in public administration: from e-Government to digital government	
<i>Transformação digital na administração pública: do governo eletrônico ao governo digital</i>	
Ana Cristina Aguilár Viana	29
1 Introduction	30
2 E-Government and its foundations	31
2.1 Defining e-Government.....	32
2.2 Types of interactions	32
2.3 Areas of intervention	33
2.4 Stages or phases.....	33
2.5 Electronic Governance	35
2.6 Government 2.0	36
3 Open government.....	36
4 Digital government	39
4.1 The new technologies	39
4.2 A new rationality.....	40
5 Evolutionary traits.....	41
6 Final considerations	42
References	44

Pushing for Sustainability through Technology: administrative consensuality by default and online dispute resolutions tools

Buscando sustentabilidade por meio da tecnologia: consensualidade administrativa por padrão e ferramentas de resolução de disputas online

Cássio Castro Souza, Justo Reyna	47
Introduction	48
1 Technology, Consensuality and Sustainability: how the technology can transform access to Justice	49
1.1 The crisis of the System Access to Justice	49
1.2 Dispute resolution and sustainability	54
2 Online conflict resolution.....	59
3 A proposed architecture of choices for more consensus and sustainable public administration.....	62
3.1 Libertarian paternalism, the architecture of choices and bad decisions	63
3.2 Factors supposedly irrelevant: as heuristics and biases influence decision making	65
3.3 The architecture of choices, libertarian paternalism and self-composition by default	71
3.4 Administrative consensus by default, self-composition by default and unavailability of the public interest	79
Final considerations	81
References	82

Promoting economic and social development through an innovative investment framework: the multidimensional role of CFIA's

Promovendo desenvolvimento econômico e social através de uma inovativa estrutura regulatória de investimentos: o papel multidimensional dos ACFls

Beatriz Figueiredo Campos da Nóbrega	91
1 Introduction	92
2 CFIA's: potential mechanism to enhance economic and social transformation	93
3 Responsible Business Conduct	95
3.1 United Nations Global Compact Guide to Corporate Social Responsibility.....	96
3.2 OECD Guidelines for Corporate Social Responsibility in Multinational Enterprises ..	98
4 Responsible Business Conduct applied to Foreign Investments.....	99
5 Responsible Business Conduct measures around the globe.....	101
6 Conclusion.....	106
References	107

(Des)Controle digital de comportamento e a proteção ao livre desenvolvimento da personalidade

Digital (un)control of behavior and the protection of free development of personality

Haide Maria Hupffer, Gabriel Cemin Petry	111
1 Introdução	112
2 Novas tecnologias e novas formas de controle: a prática de controle digital comportamental e o valor dos dados pessoais para mecanismos de <i>profiling</i> e <i>behavioral targeting</i>	113

3	A (re)afirmação do direito ao livre desenvolvimento da personalidade frente ao controle comportamental e riscos à liberdade digital	121
	Conclusão	128
	Referências	130

Proteção de dados pessoais e Administração Pública

Protection of personal data and Public Administration

Ricardo Marcondes Martins	133	
1	Introdução	134
2	Competência federal e autonomia federativa	135
3	Acesso empresarial e acesso administrativo	137
4	Acesso empresarial privado e acesso empresarial administrativo.....	139
5	Responsabilização da administração por infração à LGPD.....	141
6	Competência normativa da ANPD.....	143
7	Conclusões.....	146
	Referências	147

Ética pública e parcialidade no combate à corrupção: o caso *The Intercept Brasil* vs. Operação Lava Jato

Public ethics and partiality in the fight against corruption: The Intercept Brasil vs. Operation Car Wash

Emerson Gabardo, Gabriel Strapasson Lazzarotto, Nicholas Andrey Monteiro Watzko	151	
Introdução	153	
1	O <i>hackeamento</i> das mensagens e a metodologia de investigação.....	156
2	A presunção de veracidade dos diálogos	161
3	Sistema processual penal brasileiro: inquisitório ou acusatório?	163
4	Análise da regularidade dos diálogos vazados pelo <i>The Intercept Brasil</i>	167
4.1	Atuação coordenada entre juiz e Ministério Público	168
4.2	Motivações políticas	174
5	Análise da tipicidade das condutas.....	178
5.1	Atos de improbidade administrativa	178
5.2	Ilícitos administrativos	181
6	Ilícitude das provas	183
	Considerações finais	188
	Referências	192

Para cidades justas, em rede e inteligentes: uma agenda pública pelo direito à cidade sustentável

For fair, networked and smart cities: a public agenda for the right to a sustainable city

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro, Harley Carvalho	199	
Introdução	200	
1	A função da cidade para pessoas	201
2	Direito à cidade no século XXI: cidades solidárias, inteligentes e em rede	203

3	A agenda urbana contemporânea deve refletir o Estado Social.....	207
	Considerações finais	211
	Referências	213
	DIRETRIZES PARA AUTORES.....	217
	Condições para submissões	223
	Política de privacidade	224
	<i>AUTHOR GUIDELINES</i>	227
	Conditions for submissions	233
	Privacy statement.....	234